



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIII Nº 246

Brasília - DF, sexta-feira, 23 de dezembro de 2016



# 1



### RESOLUÇÃO CNAS Nº 25, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a [Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012](#), do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas – Trabalho.

**O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**, em reunião ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2016, no uso da competência que lhe confere o art. 18, incisos II e IV, da [Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993](#) – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e,

**Considerando** a [Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011](#), do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;

**Considerando** a [Resolução nº 17, de 05 de junho de 2014](#), do CNAS, que aprova as metas e critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção da Integração ao mundo do trabalho para o exercício de 2014;

**Considerando** a [Resolução nº 6, de 7 de Dezembro de 2016](#), da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, que pactua a revisão do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, instituído pela Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

**Considerando** a necessidade ampliação das ações do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho, e as ponderações da Câmara Técnica da CIT instituída por meio da Resolução nº 5, de 12 de abril de 2012, da CIT, Resolve:

**Art.1º** Alterar o Anexo da [Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012](#), o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO

##### *I – Contextualização*

Nos últimos anos, o governo brasileiro vem desenvolvendo estratégias de inclusão social dos mais pobres, transferindo renda e expandindo serviços e benefícios socioassistenciais. Mesmo com esse esforço, 16 (dezesseis) milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema e não conseguem acessar as políticas sociais, tais como: saúde, educação, habitação, assistência social, trabalho entre outros.

Conforme a [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a assistência social é política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Constitui-se como política de seguridade social não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações com intuito de garantir o atendimento das necessidades básicas. Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, acompanhar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade.

Cabe à assistência social identificar e acolher as demandas, mobilizar e garantir direitos e ser vocalizadora da população em vulnerabilidade, pois ela reconhece as capacidades e potencialidades dos usuários, promove o seu protagonismo na busca de direitos e espaços de integração relacionados ao mundo do trabalho, bem como o resgate de sua autoestima, autonomia e resiliência.

A LOAS em seu art. 24 qualifica a função dos programas na política de assistência social dispondo que, os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais".

Também em seu art. 2º, inciso I, alínea c, prevê como um dos objetivos da Assistência Social a promoção da integração ao mercado de trabalho.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS editou Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011, estabelecendo que a promoção da integração ao "mercado de trabalho", no campo da assistência social, deve ser entendida como integração ao "mundo do trabalho", por ser esse um conceito mais amplo e adequado aos desafios da política de assistência social. E, por isso, os indivíduos e famílias devem ser atendidos no conjunto de suas vulnerabilidades.

Assim, a integração ao "mundo do trabalho" não é de responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas. A inserção do usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no mundo de trabalho requer iniciativas de várias políticas setoriais para a oferta de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, que visam à colocação dos usuários em postos de emprego com carteira de trabalho e previdência; de apoio a microempreendedores individuais, por meio de formalização, assistência técnica e acesso ao microcrédito produtivo orientado; e de fomento a cooperativas, autogestão e empreendimentos solidários.

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 33, de 2011, do CNAS, a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho dar-se-á por meio de um "conjunto integrado de ações das diversas políticas, cabendo à assistência social ofertar ações de proteção social, que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã,

*a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas", de forma a priorizar o desenvolvimento social e produtivo;*

*O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas-Trabalho busca a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.*

## *II - Objetivo*

*Promover a integração dos usuários da Política de Assistência Social ao mundo do trabalho por meio da articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.*

## *III - Descrição*

*Este Programa, proposto, estabelece, conforme a Resolução nº 33, de 2011, do CNAS, que a promoção da integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a assistência social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho.*

*A assistência social, a partir do seu reconhecimento enquanto política pública de proteção social, oferta serviços, programas, projetos e benefícios de caráter preventivo com intuito de desenvolver ações para que o risco não ocorra, bem como de reposição de direitos violados, na perspectiva de sua garantia. Nesse sentido a proteção social, principal objetivo dessa política, concretiza ações para produção de aquisições materiais e sociais, convivência social, protagonismo e fortalecimento de vínculos e da autonomia, garantia de direitos e condições dignas de vida.*

*Ressalta-se que a assistência social realiza articulações entre diversas políticas públicas para garantir o atendimento integral na superação das vulnerabilidades apresentadas pelos usuários. Portanto, promover o acesso ao mundo do trabalho não é de responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas sim o resultado de uma ação intersetorial.*

*Nessa direção a Política é capaz de reconhecer a heterogeneidade dos espaços em que a população vive, permitindo a identificação das efetivas condições de vida das famílias. Dessa forma, ela proporciona a participação cidadã nos territórios, acolhendo e vocalizando as necessidades e reconhecendo as potencialidades dos usuários.*

*O Programa propõe o desenvolvimento de ações de articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho.*

*As ações fomentam atividades de caráter informativo ou de orientação social que movimentem e circulem informações a respeito das ofertas e possibilidades de*

*qualificação e formação profissional, de inclusão produtiva, com intuito de expandir o acesso a direitos, promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.*

*A implantação do Programa deve ser planejada e organizada de forma a identificar os processos que podem ser utilizados na articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho, acesso a oportunidades e monitoramento do percurso dos usuários.*

*IV – São diretrizes do Programa:*

- a) qualificação das ações da assistência social para o acesso do usuário ao mundo do trabalho;*
- b) fortalecimento da integração do Programa Acessuas Trabalho com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;*
- c) consolidação do Programa Acessuas Trabalho nas competências do SUAS;*
- d) monitoramento do percurso do usuário no mundo do trabalho integrado aos serviços socioassistenciais;*

*V – Para a consecução das diretrizes do Programa, a atuação deverá se dar de forma articulada e transversal integrando todos os eixos, quais sejam:*

- a) identificação e sensibilização de usuários;*
- b) desenvolvimento de habilidades pessoais dos usuários e orientação para o mundo do trabalho;*
- c) acesso a oportunidades;*
- d) monitoramento do percurso do usuário;*

*VI – São ações do Programa:*

*A execução das ações do Programa deverá ser orientada pelo diagnóstico socioterritorial e poderá se dar, de forma itinerante, entre as unidades de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, existentes no município.*

- a) articular com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades presentes no território;*
- b) identificar, mobilizar, sensibilizar e encaminhar os usuários para o acesso ao Programa;*
- c) integrar as ações do PAIF;*
- d) realizar oficinas temáticas para desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho;*

- e) analisar as potencialidades, saberes e áreas de interesse do usuário em relação ao mundo do trabalho;*
- f) articular as ações do Programa com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;*
- g) encaminhar o usuário para as oportunidades do mundo do trabalho;*
- h) monitorar o percurso do usuário no mundo do trabalho integrado aos serviços socioassistenciais;*
- i) registrar as ações realizadas.*

## *VII– Usuários*

*Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social, idade de 14 (quatorze) a 59 (cinquenta e nove) anos, com prioridade para usuários de programas de transferência de renda e serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais, em especial para:*

- a) pessoas com deficiência;*
- b) inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único;*
- c) beneficiários do Programa Bolsa Família;*
- d) adolescentes e jovens no sistema socioeducativo e egressos;*
- e) adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos;*
- f) adolescentes vítimas de exploração sexual;*
- g) jovens egressos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;*
- h) jovens negros em territórios do Plano Juventude Viva;*
- i) famílias com presença de trabalho infantil;*
- j) famílias com pessoas em situação de privação de liberdade;*
- k) famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;*
- l) indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas;*
- m) indivíduos egressos do sistema penal;*
- n) pessoas retiradas do trabalho escravo;*
- o) mulheres vítimas de violência;*
- p) comunidades e povos tradicionais;*
- q) população em situação de rua;*
- r) população lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBTQI+;*
- s) dentre outros, para atender especificidades territoriais e regionais;*

*A identificação e encaminhamento de adolescentes de:*

*- 16 (dezesesseis) a 17 (dezessete) anos para cursos de capacitação profissional estará condicionada ao disposto no Decreto nº 6.484, de 12 de junho de 2008, que regulamenta os arts. 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da*

*Organização Internacional do Trabalho – OIT, e aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).*

*- de 14 (quatorze) e 15 (quinze) anos para os cursos de capacitação profissional estará condicionada ao disposto no art. 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.*

#### *VIII - Condições de Acesso*

*Residentes no município e no Distrito Federal*

#### *IX- Abrangência*

*municipal e Distrito Federal*

#### *X - Forma de repasse e prestação de contas do Programa.*

*O recurso será repassado, anualmente, fundo a fundo, de forma automática, em duas parcelas, logo após a adesão do gestor e aprovação do conselho de assistência social do município ou do Distrito Federal.*

*Os recursos repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, a título de financiamento federal, ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a execução orçamentária e financeira do FNAS, inclusive quanto à disponibilidade orçamentária e financeira e prestação de contas.*

#### *XI - Adesão ao Programa*

*Para o recebimento do recurso é necessária a adesão do gestor municipal e do Distrito Federal, por meio do sistema informatizado, disponibilizado pela União, bem como a manifestação do conselho de assistência social do município ou do Distrito Federal, aprovando a adesão do respectivo ente ao Programa Acessuas Trabalho, que passará a integrar o Plano de Ação, do município ou Distrito Federal.*

*XII – Para a consecução do Programa, os entes federados possuem competências específicas.*

##### *a) União:*

- 1. coordenar nacionalmente o Programa;*
- 2. cofinanciar as ações do Programa;*
- 3. produzir e divulgar orientações técnicas;*
- 4. apoiar tecnicamente o Distrito Federal;*
- 5. acompanhar e monitorar a execução do Programa pelo Distrito Federal.*

##### *b) estados:*



- 1. apoiar tecnicamente os municípios, principalmente em relação à articulação com diversos setores e políticas;*
- 2. acompanhar e monitorar a execução do Programa nos municípios;*
- 3. realizar as articulações necessárias com as demais políticas setoriais;*
- 4. apoiar, de forma sistemática, os municípios no cumprimento das metas do Programa;*
- 5. assessorar e apoiar na articulação com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades presentes no território.*

*c) municípios e Distrito Federal:*

- 1. coordenar o Programa em nível local;*
- 2. executar as ações do Programa, de forma direta ou em parceria com as entidades e organizações de assistência social;*
- 3. acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas para o Programa;*
- 4. manter atualizado o sistema de acompanhamento informatizado.*

*XIII – Para a consecução do Programa, os conselhos de assistência social devem acompanhar, fiscalizar e monitorar a sua execução.” (NR)*

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Fábio Moassab Bruni**

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social